

A Carta de Correção é disciplinada pelo 1º-A do art. 7º do Convênio S/N, de 15 de dezembro de 1970 e pode ser utilizada para regularização de erro ocorrido na emissão de documento fiscal, desde que o erro não esteja relacionado com:

- I. as variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação;
- II. a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário;
- III. a data de emissão ou de saída.